



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

DIVULGAÇÃO DE NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E SEUS ANEXOS

2º TRIMESTRE 2020

2020

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
2º Trimestre de 2020



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

REITOR:

[Aécio José Araújo Passos Duarte](#)

PRO REITORIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO:

[Leonardo Carneiro Lapa](#)

DIRETORIA DE ORÇAMENTO:

[Diogo Soares de Melo Magalhães](#)

DIRETORIA ADMINISTRATIVA:

[José Virolli Chaves](#)

COORDENAÇÃO GERAL DE CONTABILIDADE:

[Eron Paz Rosado](#)

EQUIPE TÉCNICA:

[Alda Resende P. Borges de Jesus](#)

[Maria Pedrina Silveira de Oliveira](#)

[Moises Silva de Souza Filho](#)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

NOTAS EXPLICATIVAS

1. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – IF Baiano – é uma autarquia do Poder Executivo, sendo administração indireta vinculada à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC), criado nos termos da Lei n.º11.892, de 29 de dezembro de 2008.

Até 2014, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano tinha uma unidade da administração central, a Reitoria, e 10 (dez) campi em pleno funcionamento, ofertando cursos em diferentes níveis e modalidades. Em 2015, somou-se às outras dez unidades o campus Serrinha, em 2016 os campi Alagoinhas, Itaberaba e Xique-Xique completaram essa etapa de expansão. Assim, o IF Baiano é uma rede composta de 14 campi e da Reitoria, conforme abaixo:

Órgão 26404-Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano:

CAMPUS	CNPJ
158129 - IF BAIANO-REITORIA	10724903000179
154579 - IFBAIANO VALENÇA	10724903000926
154580 - IFBAIANO ITAPETINGA	10724903000764
154581 - IFBAIANO T. FREITAS	10724903000845
154617 - IFBAIANO URUÇUCA	10724903001060
154618 - IFBAIANO G. MANGABE	10724903001140
151889 – IFBAIANO B.J. LAPA	10724903000683
158277 – IFBAIANO SANTA INES	10724903000250
158435 – IFBAIANO SENHOR BONFIM	10724903000330
158442 – IFBAIANO GUANAMBI	10724903000411
158443 – IFBAIANO CATU	10724903000500
155821 – IFBAIANO SERRINHA	10724903001221
155884 – IFBAIANOS ITABERABA	10724903001302
155885- IFBAIANO XIQUE-XIQUE	10724903001493
155891- IFBAIANO ALAGOINHAS	10724903001574



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

2 – BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS AS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO (IF BAIANO)

As Demonstrações Contábeis do Órgão IF Baiano, são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI. As Demonstrações Contábeis são elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), que é o sistema responsável pela execução orçamentária, financeira e patrimonial da União. As DCON consolidam as contas das Unidades Gestoras (UG) subordinada ao Órgão.

O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a situação econômica - financeira da entidade, quais sejam: a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro.

As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extra orçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Dessa forma, no BF, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa.

Na consolidação das demonstrações contábeis do IF Baiano, são utilizados critérios de compensação e de exclusão de itens das demonstrações que compensam ou eliminam, respectivamente, as transações realizadas entre as UGs que compõem o OFSS, visto que essas formam o ente econômico Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

Em relação à consolidação do BF e da DFC, faz-se necessário um especial destaque em relação aos saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa quando comparados os saldos dessas demonstrações com os apresentados no BP.

Os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa do BF e da DFC são apresentados sem consolidação, enquanto que no BP ocorre a apresentação do valor consolidado, isto é, com a compensação entre ativos e passivos de quinto nível 2 – Intra. Isso decorre da dificuldade de segregação dos fluxos exibidos no BF e na DFC, em relação às operações de natureza “Intra”, visto que a lógica de consolidação do modelo PCASP é de saldo de contas e não de fluxos financeiros.

3 – RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

A estrutura do orçamento público federal é estabelecida pelo Manual Técnico de Orçamento, elaborado pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Por sua vez, a Lei Orçamentária Anual – LOA que dispõe sobre a previsão da receita e a fixação da despesa, no âmbito da União, compreendem três orçamentos, quais sejam: a) o orçamento fiscal; b) o orçamento da Seguridade Social; e c) o orçamento de investimento das empresas estatais independentes, isto é, aquelas que não dependem de recursos do orçamento fiscal e da seguridade social para a manutenção das suas atividades.

Todos os entes federativos elaboram seu próprio orçamento (estados, distrito federal e municípios) e, da mesma forma, a União. Para fins de consolidação das contas públicas, critérios econômicos, contábeis, fiscais, orçamentários, entre outros, os recursos do ente União compreendem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS.

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da IF Baiano, tendo em consideração as opções e premissas do modelo PCASP:

(a) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras. A moeda funcional da União é o Real, sendo utilizado a mesma moeda pelo Órgão.

(b) Caixa e equivalentes de caixa. Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

(c) Créditos a curto prazo. Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; e (vi) valores a compensar.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

(d) Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo. São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais da União. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

(e) Estoques. Compreendem as mercadorias para revenda, os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o PEPS (Primeiro que Entra Primeiro que Sai). Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

(f) Ativo realizável a longo prazo. Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários; e (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo PEPS.

Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

(g) Imobilizado. O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

(h) Intangível. Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

(i) Diferido Consiste no saldo de ativo diferido de empresas públicas referentes a gastos pré-operacionais e que não puderam ser alocados em ativos correspondentes, quando da mudança da Lei nº 6.404/1976. O saldo será amortizado linearmente, até 2017, conforme previsto na Lei nº 11.638/2007.

(j) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis. A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

(l) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet. O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso. A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

(m) Passivos circulantes e não circulantes. As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações. (p) Empréstimos e financiamentos.

(n) Ajustes de Exercícios Anteriores. Ressalta-se a prática contábil utilizada que se denomina Ajustes de Exercícios Anteriores. Esses ajustes compõem a linha de Resultados Acumulados do BP (também composta pelo Resultado do Exercício e pelos Resultados de Exercícios anteriores), que recebem registros tanto positivos quanto diminutivos que afetam diretamente o Patrimônio Líquido do órgão, isto é, sem transitar pelas contas de resultado, por se referir a exercícios encerrados. Cabe destacar que as contas de Ajustes de Exercícios Anteriores têm a finalidade de registrar os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

(o) Restos a Pagar. De acordo com a Lei nº 4.320/1964, os Restos a Pagar correspondem às despesas empenhadas, mas que não foram pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente, por não ter havido a entrega, em tempo hábil, dos produtos adquiridos ou da prestação integral dos serviços. No encerramento de cada exercício financeiro, essas despesas devem ser registradas contabilmente como obrigações a pagar do exercício seguinte (“resíduos passivos”); e serão financiadas à conta de recursos arrecadados durante o exercício financeiro em que ocorreu a emissão do empenho. (<http://portal.tcu.gov.br/>). Portanto, Restos a Pagar, referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que deveria ocorrer o pagamento.

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (tem por base a emissão de títulos da dívida pública) e a dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios:

I. Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi) foi avaliada pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do ano, incluindo os títulos emitidos tanto em oferta pública quanto em emissões diretas;

II. Dívida Pública Federal Externa (DPFe) foi avaliada por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). Foi realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

(p) Provisões. As provisões estão segregadas em seis categorias: (i) riscos trabalhistas; (ii) riscos fiscais; (iii) riscos cíveis; (iv) repartição de créditos tributários; (v) provisões matemáticas; e (vi) outras. As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis da União estão registradas nas provisões a longo prazo. Está em discussão também a adoção dos procedimentos contábeis relativos às obrigações de benefícios pós-emprego dos militares.

(q) Benefícios a empregados. Os benefícios a empregados (aqui o termo está sendo utilizado de acordo com o vocabulário da área contábil, porém se refere aos servidores públicos e aos empregados das empresas estatais dependentes), referentes a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados, sendo registrados como variações patrimoniais diminutivas. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da União relacionados com aposentadoria e assistência médica são também reconhecidos pelo regime de competência. Na União, existem benefícios oriundos de planos de contribuição definida (Planos da Fundação de Previdência Complementar do Servidor



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

Público Federal – Funpresp, por exemplo) e de benefício definido (Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, por exemplo). Nos planos de contribuição definida, os riscos atuarial e dos investimentos são dos participantes. Como não há nenhum risco para a União, conseqüentemente assim para o Órgão, não é realizado nenhum cálculo atuarial.

Nos planos de benefício definido, os riscos atuarial e dos investimentos recaem parcial ou integralmente para a União. A contabilização dos custos de tais planos exige a mensuração das obrigações atuariais, podendo gerar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassar o valor dos ativos do plano de benefícios, ou um ativo, na situação inversa.

Na União, têm sido realizados e contabilizados os riscos atuarial e dos investimentos relacionados com o RPPS dos servidores civis da União.

(r) Ativos e passivos contingentes. Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas. Ativo contingente é um ativo possível resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade.

(s) Apuração do resultado. No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

(s.1) Resultado patrimonial. A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o Instituto e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos ao Instituto, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

(s.2) Resultado orçamentário. O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit / déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O déficit é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário; enquanto que o superávit é apresentado junto às despesas.

(s.3) Resultado financeiro. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do Órgão.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do Instituto, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Salienta-se que esse resultado não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial. Pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, que apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. A DFC permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Sua análise permite a comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo: a parcela dos recursos utilizada para pagamento da dívida e para investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

A seguir, são detalhados os principais itens dos demonstrativos contábeis. Nas tabelas e figuras apresentadas nas Notas Explicativas, podem ser encontradas divergências entre a soma das parcelas e o respectivo total em função de arredondamentos.

4 – NOTAS EXPLICATIVAS 2º TRIMESTRE – BALANÇO PATRIMONIAL (BP)

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

Os ativos e passivos são conceituados e segregados em circulante e não circulante. No Balanço Patrimonial tem-se a visão patrimonial como base para análise e registro dos fatos contábeis. (MCASP, parte V, 7 ed. 2017).

Do total do Ativo, 86,85% concentra-se no Ativo Não Circulante, onde o imobilizado tem a maior representatividade. No 2º trimestre de 2019, o Órgão apresentou uma redução de 2,99% do seu Ativo Total em relação ao final do 4º trimestre de 2019. Esta redução foi mais representativo no grupo Ativo Circulante, mais acentuada no subgrupo Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, decorrentes as baixas de Adiantamento Concedidos a Pessoal (13º salários e férias).

A tabela a seguir apresenta a composição do Ativo:

Tabela: Composição do Ativo:

COMPOSIÇÃO ATIVO	JUNHO 2020	DEZEMBRO 2019	AV%	AH%
ATIVO CIRCULANTE	34.208.872,13	43.090.053,41	13,15	-20,61
ATIVO NÃO CIRCULANTE	225.912.589,16	225.036.286,66	86,85	0,39
TOTAL DO ATIVO	260.121.461,29	268.126.340,07	100,00	-2,99

Fonte: Siafi 2020,2019.

4.1 - Ativo Circulante

Compreende os ativos que satisfazem um dos dois seguintes critérios:

- (a) disponibilidade para realização imediata ou
- (b) possui expectativa de realização até doze meses da data da demonstração contábil.

Os demais ativos devem ser classificados como não circulantes.

A tabela a seguir apresenta a composição do Ativo Circulante:

Tabela: Composição Ativo Circulante:

COMPOSIÇÃO ATIVO CIRCULANTE	JUNHO 2020	DEZEMBRO 2019	AV%	AH%
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	23.168.096,90	23.887.729,74	67,73	-3,01
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	7.866.743,67	16.408.330,73	23,00	-52,06
ESTOQUES	3.174.031,56	2.793.992,94	9,28	13,60
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	34.208.872,13	43.090.053,41	100,00	-20,61

Fonte: Siafi 2020, 2019.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

4.1.1. Caixa e Equivalentes de Caixa

O grupo “Caixa e Equivalentes de Caixa” contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda e está segmentada em “Moeda Nacional” e em “Moeda Estrangeira”. Como citado anteriormente, no IF Baiano contemplam-se apenas “Moeda Nacional”.

No segundo trimestre de 2020, o item “Caixa e Equivalentes de Caixa” é o que tem maior representatividade, correspondendo a 67,73% do total do Ativo Circulante. Nota-se uma redução de 3,01% em relação a dezembro do ano anterior. Esta redução decorre da disponibilidade financeira no final do exercício anterior terem sido utilizadas para pagamentos de obrigações no primeiro trimestre do ano corrente.

Já o subgrupo Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, em 30 de junho de 2020, observa-se uma redução de 52,06% em relação a dezembro de 2019. Esta redução decorre principalmente das baixas das “provisões de adiantamento de 13º salário e férias” realizadas ainda no primeiro trimestre do ano corrente.

Ressalta-se também, o aumento de 13,66% no grupo Estoques, devido aquisição de materiais para suprir as necessidades de funcionamento do Instituto, bem como a redução desde consumo devido a Pandemia COVID-19.

4.2 - Ativo Não Circulante

Compreendem os ativos que têm expectativa de realização após doze meses da data das Demonstrações Contábeis.

A tabela a seguir apresenta a composição do Ativo Não Circulante:

Tabela: Composição Ativo Não Circulante:

COMPOSIÇÃO ATIVO NÃO CIRCULANTE	JUNHO 2020	DEZEMBRO 2019	AV%	AH%
IMOBILIZADO	225.192.194,32	224.315.891,82	99,68	0,39
INTAGÍVEIS	720.394,84	720.394,84	0,32	0,00
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	225.912.589,16	225.036.286,66	100,00	0,39

Fonte: Siafi 2020,2019.

O Ativo Não Circulante é composto em 99,68% do item “Imobilizado”, correspondente a R\$ 225 milhões. Houve leve aumento de 0,39 % do total do Ativo Não Circulante em relação ao fechamento do ano anterior, decorrentes aquisições de bens móveis em diversos Campi e de instalações elétricas na unidade de Governador Mangabeira.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

4.2.1- Ativo Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis do IF Baiano. Os bens são reconhecidos inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

4.2.1.1– Bens Móveis

Os Bens Móveis do Órgão 26404 possui saldo líquido no segundo trimestre de 2020 de R\$ 40,4 milhões em diversas contas de bens móveis, conforme tabela a seguir:

Tabela: Bens Móveis – Composição:

COMPOSIÇÃO BEN MÓVEIS	JUNHO 2020	DEZEMBRO 2019	AV%	AH%
MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTO E FERRAMEN	24.173.391,19	23.466.948,69	27,26	3,01
BENS DE INFORMATICA	19.460.713,35	18.598.470,78	21,95	4,64
MOVEIS E UTENSILIOS	20.971.113,53	20.702.585,15	23,65	1,30
MATER CULTURAL, EDUCACIONAL E DE COMUNICACAO	6.102.391,96	5.934.741,30	6,88	2,82
VEICULOS	16.735.719,10	16.687.170,85	18,87	0,29
SEMOVENTES	729.186,94	818.820,25	0,82	-10,95
DEMAIS BENS MOVEIS	494.604,54	528.965,01	0,56	-6,50
TOTAL BENS MÓVEIS	88.667.120,61	86.737.702,03	100,00	2,22
DEPRECIACÃO (-)	48.220.148,02	46.266.171,81	----	4,22
TOTAL LÍQUIDO BENS MÓVEIS	40.446.972,59	40.471.530,22	----	-0,06

Fonte: Siafi 2020,2019.

Nota-se uma diminuição do saldo líquido de 0,06% no segundo trimestre do ano corrente em relação ao dezembro de 2019. Esta redução é justificada principalmente pela apropriação da depreciação do período e baixa de semoventes.

Apesar da redução do saldo líquido, é válido destacar o aumento nos subgrupos Material Cultural Educacional e de Comunicação (2,82%) e Bens de Informática (4,64%) e Máquinas Aparelho, Equipamentos e Ferramentas, decorrentes de doações recebidas e aquisições, cujos objetivos são: a atualização dos bens de Tecnologia da Informação



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

nas Unidades Gestoras e equipar as bibliotecas dos Campi e estruturação para funcionamento dos campi.

Também é válido destacar a redução de 10,95% no subgrupo semoventes, decorrentes a baixas realizadas nas unidades Catu (R\$68.792,56), Guanambi (R\$7.150,00), e Teixeira de Freitas(R\$2.745,75), conforme processos 23329.000013/2020-33, 23330.250041.2020-61 e 23334.250587.2020-81.

Os mais representativos são Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas, Bens de Informática e Móveis e Utensílios.

A apuração mensal da depreciação é realizada conforme orientação contida na macrofunção 02.03.30, utilizado o método de quotas constantes.

4.2.2.2– Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da IF Baiano em 30 de junho de 2020, totalizavam um saldo líquido R\$ 184,7 milhões e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela: Bens Imóveis – Composição:

COMPOSIÇÃO BENS IMÓVEIS	JUNHO 2020	DEZEMBRO 2019	AV%	AH%
BENS DE USO ESPECIAL REGISTRADOS NO SPIUNET	89.953.893,21	89.953.893,21	48,27	0,00
BENS DE USO ESPECIAL NÃO REGISTRADOS NO SPIUN	---	---	---	---
BENS IMOVEIS EM ANDAMENTO	95.590.064,65	95.257.928,26	51,30	0,35
INSTALACOES	799.388,90	120.694,01	0,43	562,33
TOTAL BENS IMÓVEIS	186.343.346,76	185.332.515,48	100,00	0,55
DEPRECIACAO (-)	1.598.125,03	1.488.153,88	---	7,39
TOTAL LÍQUIDO BENS IMÓVEIS	184.745.221,73	183.844.361,60	---	0,49

Fonte: Siafi 2020, 2019.

Em síntese, os Bens de Uso Especial, mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário são constituídos de Imóveis: Edifícios, Terrenos/Glebas, Imóveis de Uso Educacional, Fazendas, Parques e Reservas, entre outros.

Os bens imóveis em andamento compreenderão os valores de bens imóveis em andamento, ainda não concluídos. Exemplos: obras em andamento, estudos e projetos (que englobem limpeza do terreno, serviços topográficos, etc.), benfeitoria em propriedade de terceiros, dentre outros.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

A próxima tabela visa apresentar a composição do subgrupo obras em andamento:

Tabela: Obras em Andamento - Composição por Unidade Gestora:

COMPOSIÇÃO OBRAS EM ANDAMENTO	JUNHO 2020	DEZEMBRO 2019	AV%	AH%
VALENÇA	61.506,93	61.506,93	0,06	--
ITAPETINGA	5.490.719,54	5.399.203,80	5,74	1,69
TEIXEIRA DE FREITAS	2.834.378,83	2.834.378,83	2,97	--
URUÇUCA	8.474.795,19	8.474.795,19	8,87	--
SANTA INES	4.332.236,06	4.211.113,12	4,53	2,88
SENHOR DO BONFIM	8.347.070,47	8.347.070,47	8,73	--
GUANAMBI	6.997.836,11	6.997.836,11	7,32	--
CATU	10.953.943,07	10.953.943,07	11,46	--
SERRINHA	14.534.845,25	14.534.845,25	15,21	--
ITABERABA	7.567.709,87	7.567.709,87	7,92	--
XIQUE-XIQUE	7.467.391,50	7.328.854,63	7,81	1,89
ALAGOINHAS	15.242.784,68	15.242.784,68	15,95	--
REITORIA	3.284.847,15	3.284.847,15	3,44	--
TOTAL OBRAS EM ANDAMENTO	95.590.064,65	95.238.889,10	100,00	0,37

Fonte: Siafi 2020, 2019.

Houve uma variação positiva de 0,37% na conta Bens Imóveis em Andamento no fechamento do segundo trimestre de 2020 em relação a dezembro de 2019, decorrente: da reforma da estrutura do telhado do bloco de sala de aulas do campus de Itapetinga, da obra da subestação elétrica na unidade de Xique – Xique e da execução de reforma para adequação de acessibilidade no Campus Santa Inês.

É válido salientar que após conclusão das obras, os registros na conta de Bens Imóveis em Andamento que deverão ser reclassificados. Para isto, a Coordenação de Contabilidade já solicitou ao setor competente a documentação necessária para as devidas reclassificações.

Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos

imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

O registro da Depreciação de Bens Imóveis cadastrados no SPIUnet do IF Baiano vem sendo realizado regularmente.

4.2.3 – Ativos Intangíveis

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

O Órgão IF Baiano, apesar de ter Ativos Intangíveis produzidos internamente, devido impossibilidade de sua mensuração, não pode ser ativado. Assim, estes ativos gerados internamente foram reconhecidos como variação patrimonial diminutiva em que foram incorridos.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para o segundo trimestre do exercício de 2020 comparado ao último trimestre do ano anterior.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

Tabela: Ativos Intangíveis – Composição:

COMPOSIÇÃO BENS INTANGÍVEIS	JUNHO 2020	DEZEMBRO 2019
SOFTWARES COM VIDA UTIL INDEFINIDA	720.274,84	720.274,84
SOFTWARES COM VIDA UTIL DEFINIDA	---	---
MARCAS/DIREITOS/PATENTES VIDA UTIL INDEFINIDA	120,00	120,00
TOTAL BENS INTANGÍVEIS	720.394,84	720.394,84

Fonte: Siafi 2020, 2019.

Observa-se que o subgrupo dos softwares com vida útil indefinida representam 99,98% do total dos intangíveis. Ainda é válido salientar que a Reitoria possui maior representatividade dentre as demais Unidades Gestoras em relação ao grupo de Intangíveis com 92,18%.

A apuração mensal da amortização é realizada conforme orientação contida na macrofunção 02.03.30, utilizado o método de quotas constantes.

4.3 – Passivo e Patrimônio Líquido

Passivo é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.

A situação patrimonial líquida é a diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações, reconhecida no Balanço Patrimonial como patrimônio líquido. A situação patrimonial líquida pode ser um montante positivo ou negativo.

Integram o patrimônio líquido: patrimônio ou capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, demais reservas, ações em tesouraria, resultados acumulados e outros desdobramentos. No patrimônio líquido, deve ser evidenciado o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores. O resultado patrimonial do período é a diferença entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, apurada na Demonstração das Variações Patrimoniais, que evidencia o desempenho das entidades do setor público.

Do total do Passivo e Patrimônio Líquido, 22,71% concentra-se no Exigível a Curto Prazo. Já as Obrigações a Longo prazo tem representação em 0,09%, oriundo de lançamento realizado no último dia do ano financeiro do ano de 2019 contra o IF Baiano, referente a precatório lançado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região no valor de R\$ 236.909,74 conforme 2019PA000530.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

Já o grupo Patrimônio Líquido representam 77,20%, do total do Passivo e Patrimônio Líquido. Vale Salientar que o item mais representativo é o Resultado de Exercícios Anteriores.

Tabela: Passivo e Patrimônio Líquido – Composição:

COMPOSIÇÃO DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	JUNHO 2020	DEZEMBRO 2019	AV%	AH%
PASSIVO CIRCULANTE	59.081.334,15	55.786.643,13	22,71	5,91
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	236.909,74	236.909,74	0,09	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	200.803.217,40	212.102.787,20	77,20	-5,33
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	260.121.461,29	268.126.340,07	100,00	-2,99

Fonte: Siafi 2020, 2019.

4.3.1 – Passivo Circulante

Os passivos devem ser classificados como circulantes quando corresponderem a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Os demais passivos devem ser classificados como não circulantes.

A tabela a seguir apresenta a composição do Ativo Circulante:

Tabela: Composição Passivo Circulante:

COMPOSIÇÃO PASSIVO CIRCULANTE	JUNHO 2020	DEZEMBRO 2019	AV%	AH%
OBRIGAÇÕES TRABALH., PREVID. E ASSIST. A PAGAR A CURTO PRAZO	25.058.935,33	18.362.807,07	42,41	36,47
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	1.379.275,34	517.923,38	2,33	166,31
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	2.755,27	200,20	0,00	1.276,26
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	32.640.368,21	36.905.712,48	55,25	-11,56
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	59.081.334,15	55.786.643,13	100,00	5,91

Fonte: Siafi 2020, 2019.

No 2º trimestre de 2020, o Instituto Federal Ciência e Tecnologia Baiano, apresentou um saldo aproximado de 59 milhões no seu passivo circulante, sendo as mais representativas as “Demais Obrigações a Curto Prazo” (55,25%) e “Obrigações Trabalhistas, Previdências e Assist. a Pagar” (42,41%).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

No grupo “Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo” nota-se um aumento nos saldos aproximada de 166,31% em 30 de junho de 2020, comparado a 31 de dezembro de 2019. Este aumento é justificada pela execução do Restos a pagar, bem como a execução do orçamento do ano corrente referente as atividades de funcionamento.

Na próxima tabela, estão demonstrados a composição por unidade gestora contratante com os respectivos valores de Fornecedores e Contas a Pagar na data base 30 de junho do ano corrente.

Tabela: Fornecedores e Contas a Pagar – Composição:

COMPOSIÇÃO FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR POR UG	JUNHO 2020	AV%
IF BAIANO CAMPUS BOM JESUS DA LAPA	78.395,83	5,68
INSTITUTO FEDERAL BAIANO - CAMPUS VALENCA	90.837,79	6,59
INSTITUTO FEDERAL BAIANO - CAMPUS ITAPETINGA	228.006,96	16,53
INST. FED. BAIANO -CAMPUS TEIXEIRA DE FREITAS	81.835,04	5,93
INST. FED. BAIANO - CAMPUS URUCUCA	155.884,15	11,30
INST. FED. BAIANO - CAMPUS GOV. MANGABEIRA	37.832,26	2,74
INST.FED.BAIANO / CAMPUS SERRINHA	46.748,65	3,39
INST.FED.BAIANO / CAMPUS ITABERABA	58.409,44	4,23
INST.FED.BAIANO / CAMPUS XIQUE-XIQUE	22.957,16	1,66
INST.FED.BAIANO / CAMPUS ALAGOINHAS	27.507,63	1,99
INST FED DE EDUC CIENC E TECNOLOGIA BAIANO	60.860,89	4,41
INST.FED.BAIANO/CAMPUS SANTA INES	106.969,84	7,76
INST.FED.BAIANO/CAMPUS SE NHOR DO BONFIM	72.680,54	5,27
INST. FED. BAIANO - CAMPUS GJANAMBI	221.133,49	16,03
INST.FED.BAIANO/CAMPUS CA TU	89.215,67	6,47
TOTAL FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR	1.379.275,34	100

Fonte: Tesouro Gerencial 2020

Constata-se que as Unidades Gestoras Itapetinga, Guanambi, Uruçuca e Santa Inês correspondem a 51,61% do total dos Fornecedores e Contas a Pagar.

Nas tabelas apresentadas a seguir, estão relacionados os cinco fornecedores com os valores mais significativos relativos ao segundo trimestre de 2020, representando 28,92% dos contratados pelas unidades vinculadas do Órgão.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

A Tabela abaixo apresenta os cinco maiores fornecedores a curto prazo e seus valores a serem pagos.

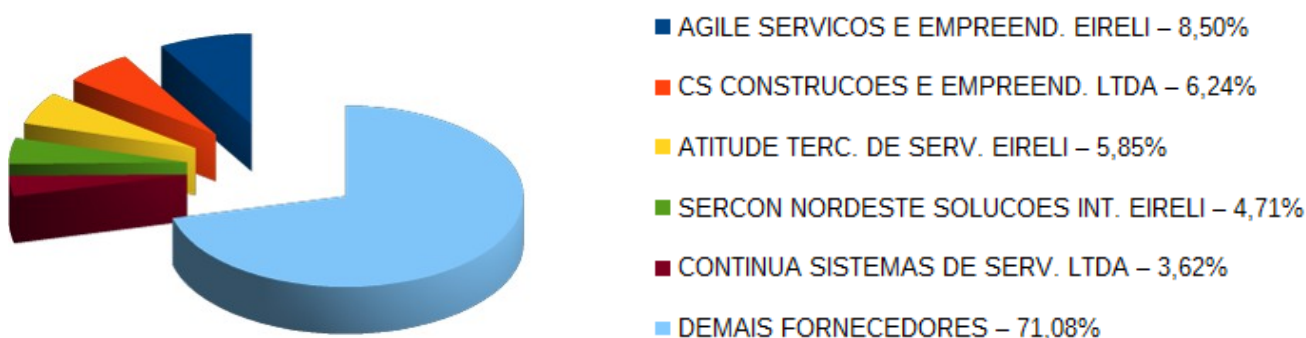
Tabela: Fornecedores e Contas a Pagar – Composição por fornecedor:

FORNECEDORES MAIS RELEVANTES	JUNHO 2020
AGILE SERVICOS E EMPREENDIMENTOS EIRELI	117.205,26
CS CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS LTDA	86.078,15
ATITUDE TERCEIRIZACAO DE SERVICOS EIRELI	80.620,69
SERCON NORDESTE SOLUCOES INTEGRADAS EIRELI	65.029,29
CONTINUA SISTEMAS DE SERVICOS LTDA	49.892,15
TOTAL FORNECEDORES MAIS RELEVANTES	398.825,54

Fonte: Tesouro Gerencial 2020

A próxima tabela apresenta a representatividade dos cinco maiores fornecedores a curto prazo em relação as obrigações totais do Órgão.

Tabela: – Composição obrigações com fornecedores a curto prazo:



Fonte: Tesouro Gerencial 2020

É oportuno informar que os cinco maiores fornecedores registrados no passivo deste órgão, correspondem a 28,92% do total das obrigações a curto prazo do total de aproximado de 398,8 mil.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

A seguir descrevemos o resumo do objeto destes cinco fornecedores mais significativos:

- **AGILE SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS EIRELLI** – Obrigações realizadas pela unidade gestora de Itapetinga, referente a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de terceirizados.
- **CS CONTRUÇÕES LTDA** – Obrigações realizadas pela unidade gestora de Guanambi, referente a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza e conservação.
- **ATITUDE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELLI** - Obrigações realizadas pelas unidades gestoras de Bom Jesus da Lapa (R\$ 22.712,16), Serrinha (R\$25.946,40) e Santa Inês (R\$31.962,13), referente contratação de empresa especializada para prestação de serviços de terceirizados
- **SERCON NORDESTE SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELLI** – Obrigações realizadas pela unidade gestora de Itapetinga, referente a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de terceirizados.
- **CONTINUA SISTEMAS DE SERVIÇOS LTDA** – Obrigações realizadas pelas unidades gestoras de Senhor do Bonfim (R\$29.732,62) e Catu (R\$20.159,53), referente contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza e conservação.

4.3.2 – Patrimônio Líquido

A Reserva de Capital e Demais Reservas de Lucros (Reserva de Avaliação), são decorrentes da transformação das Escolas Agrotécnicas para Instituto Federal Ciência e Tecnologia Baiano, relacionadas as Unidades Gestoras 158277 e 158442 respectivamente.

5 – ATOS POTENCIAIS PASSIVOS

Os atos potenciais compreendem contas relacionadas às situações não compreendidas no patrimônio, mas que, direta ou indiretamente, possam vir a afetá-lo, exclusive as que dizem respeito a atos e fatos ligados a execução orçamentária e financeira e as contas com função precípua de controle. Assim os potenciais passivos registrarão os atos e fatos que possam vir a aumentar o passivo ou diminuir o ativo da entidade governamental.

As obrigações contratuais do IF apresentaram um aumento de 25,82% em relação ao último trimestre do exercício anterior. Este aumento é histórico e natural, pois com a liberação orçamentária, são registradas as obrigações no SIAFI para execução das atividades nas unidades no decorrer do exercício, onde as obrigações com serviços foram os mais significantes.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

O gráfico abaixo retrata as obrigações de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela: – Composição Obrigações Contratuais do Órgão:

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	JUNHO 2020	DEZEMBRO 2019	AV%	AH%
Aluguéis	47.694,65	4.293,87	0,19	1.010,76
Fornecimento de Bens	2.599.889,06	831.142,53	10,34	212,81
Seguros	82.149,02	4.274,68	0,33	1.821,76
Serviços	22.413.692,09	19.143.773,04	89,14	17,08
TOTAL OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	25.143.424,82	19.983.484,12	100,00	25,82

Fonte: Tesouro Gerencial 2020 e 2019.

No encerramento do segundo trimestre do exercício financeiro do ano corrente, nota-se que as obrigações contratuais do Órgão são de 25,1 milhões, tendo maior representatividades relacionadas a fornecimentos de serviços 89,14%.

No quadro abaixo, é demonstrado a composição destes valores por unidade gestora. Constata-se que as unidades gestoras Reitoria, Catu, Guanambi e Senhor do Bonfim, são responsáveis por 56,32% das obrigações potenciais passivos do Instituto.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

Tabela: – Composição Obrigações Contratuais do Órgão:

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS POR UNIDADE GESTORA	JUNHO 2020	AV%
IF BAIANO CAMPUS BOMJESUS DA LAPA	1.578.603,89	6,28
INSTITUTO FEDERAL BAIANO - CAMPUS VALENCA	212.072,52	0,84
INSTITUTO FEDERAL BAIANO - CAMPUS ITAPETINGA	463.155,65	1,84
INST. FED. BAIANO -CAMPUS TEIXEIRA DE FREITAS	831.806,18	3,31
INST. FED. BAIANO - CAMPUS URUCUCA	2.202.354,35	8,76
INST. FED. BAIANO - CAMPUS GOV. MANGABEIRA	828.835,31	3,30
INST.FED.BAIANO / CAMPUS SERRINHA	480.162,76	1,91
INST.FED.BAIANO / CAMPUS ITABERABA	1.439.134,07	5,72
INST.FED.BAIANO / CAMPUS XIQUE-XIQUE	342.220,13	1,36
INST.FED.BAIANO / CAMPUS ALAGOINHAS	1.219.870,00	4,85
INSTFED DE EDUC CIENC E TECNOLOGIA BAIANO	4.615.895,87	18,36
INST.FED.BAIANO/CAMPUS SANTA INES	1.384.964,04	5,51
INST.FED.BAIANO/CAMPUS SENHOR DO BONFIM	2.312.450,14	9,20
INST. FED. BAIANO - CAMPUS GUANAMBI	2.707.329,93	10,77
INST.FED.BAIANO/CAMPUS CATU	4.524.569,98	18,00
TOTAL DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	25.143.424,82	100,00

Fonte: Tesouro gerencial 2020

Na tabela apresentada a seguir, estão relacionados os cinco contratos mais significativos relativos ao segundo trimestre de 2020.

Tabela: – Obrigações Contratuais - Por Contratado:

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS MAIS RELEVANTES	JUNHO 2020	AV%
ATITUDE TERCEIRIZACAODE SERVICOS EIRELI	1.256.951,65	5,00
CONTRATO 04/2019 AS ENGENHARIA EIRELI	1.151.931,25	4,58
CS CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS LTDA	1.206.488,67	4,80
SICES BRASIL LTDA	1.977.174,07	7,86
TRIVALE ADMINISTRACAOLTDA	1.286.517,21	5,12
TOTAL DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS MAIS RELEVANTES	6.879.062,85	27,36

Fonte: Tesouro gerencial 2020.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

É relevante informar que os cinco maiores contratos findado o segundo trimestre do ano corrente, representam 27,36% do total das obrigações contratuais do Órgão, totalizando R\$ 6,8 milhões

A próxima tabela apresenta a representatividade dos cinco maiores contratos em relação ao total dos atos potenciais passivos do Órgão.

Tabela: – Composição Contratos:



■ ATITUDE TERC.SERVICOS EIRELI – 6,19%
■ CONT.04/2019 AS ENGEN. EIRELI – 4,49%
■ CS CONST. E EMPREEND. LTDA – 3,52%
■ SICES BRASIL LTDA – 6,60%
■ TRIVALE ADM. LTDA – 4,83%
■ DEMIAS CONTRATOS – 74,37%

Fonte: Tesouro gerencial 2020.

A seguir descrevemos o resumo do objeto contratual realizado destes 05 contratos mais significativos do IF Baiano:

- **ATITUDE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI** - contratado pelas unidades gestoras de Bom Jesus da Lapa (R\$362.317,41), Valença (R\$5.987,36), Santa Inês (R\$ 860.233,72) e Serrinha (R\$ 28.413,16), tendo por objeto do contrato a prestação de serviços terceirizados.

- **CONTRATO 04/2019 AS ENGENHARIA EIRELI** - contratado pelo Campus Catu (R\$1.151.931,25), cujo objeto do contrato são obras.

É válido salientar que para o mesmo CNPJ, foram constatados contratos com as unidades gestoras Reitoria (R\$270.667,05), Itapetinga (R\$76.335,30), Itaberaba (R\$162.326,85), Guanambi (R\$123.392,50) e Serrinha (R\$27.735,27).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

- **CS CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS LTDA** - contratado pela unidade gestora de Guanambi, cujo objeto foi a contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviço Terceirizado de Apoio Administrativo e Atividades Auxiliares de Natureza Contínua com Dedicção Exclusiva de Mão de Obra.

- **SICES BRASIL LTDA** - contratado pela unidade gestora Reitoria, tendo por objeto do contrato o fornecimento de módulos de geradores de energia solar fotovoltaicos a serem implantados na Reitoria e Campi.

- **TRIVALE ADMINISTRAÇÃO** - contratado pelos Campus de Bom Jesus da Lapa (R\$314.263,54), Reitoria (R\$194.065,77), Valença (R\$ 84.592,67), Teixeira de Freitas (R\$95.121,52), Uruçuca (R\$41.697,36), Guanambi (R\$146.235,50), Serrinha (R\$ 30.099,62), Itaberaba (R\$ 194.045,00), Alagoinhas (R\$ 56.317,84) e Senhor do Bonfim (R\$ 130.078,39) cujo objeto é a contratação de empresa de administração para serviços manutenção de veículos e fornecimento de combustíveis.

6- AJUSTES EXERCÍCIOS ANTERIORES

A conta 23711.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores que “registra o saldo decorrente de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes” apresentou no segundo trimestre de 2020 um saldo devedor de R\$ 15.450.160,63, sendo o mais representativo os valores lançados na Reitoria referente a baixas de provisões referentes a adiantamentos de férias e 13 salários e a baixas complementares referentes despesas com depreciação, conforme processos 23333.000232/2019-10 e 23333.000233/2019-10 na unidade Senhor do Bonfim.

7 – NOTAS EXPLICATIVAS 2º TRIMESTRE BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (BO)

O resultado orçamentário é originado a partir da confrontação entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

7.1 – Receitas

No segundo trimestre de 2020 as receitas realizadas, montaram a quantia aproximada de 147,7 mil, enquanto que as despesas empenhadas perfizeram o montante de 239,7 milhões, ocasionando um resultado orçamentário deficitário da ordem de 239,53 milhões.

Essa disparidade pode ser justificada pelas Receitas Realizadas conterem valores correspondentes às receitas próprias arrecadadas pelo órgão, não se computando os créditos orçamentários recebidos correspondentes às despesas fixadas (Dotação Atualizada); e a de que os créditos orçamentários não são mais demonstrados no BO, face à metodologia de elaboração do BO por “ente” e não por “órgão/UG”. Para



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

compreender essa situação, deve-se reportar ao Balanço Financeiro e identificar que os recursos financeiros (Transferências Financeiras Recebidas - dependentes da execução orçamentária), registradas do lado dos Ingressos correspondem à contrapartida dos créditos orçamentários recebidos. Portanto, o total das disponibilidades financeiras (Receitas Arrecadadas e Transferências Financeiras Recebidas), são suficientes para atender às despesas empenhadas no exercício.

A tabela abaixo demonstra a Receita arrecadada por categoria econômica:

Tabela: – Composição Receitas por categoria econômica:

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	REALIZAÇÃO %
RECEITAS CORRENTES	731.933,00	147.724,27	20,18
RECEITAS DE CAPITAL	29.460.745,00	---	---
TOTAL	30.192.678,00	147.724,27	0,49

Fonte: SIAFI 2020

Conforme tabela referenciada, houve a realização de 0,49% do total previsto. A baixa realização decorre principalmente pela falta da realização das Receitas de Capital, oriundas de operações de créditos.

A tabela abaixo apresenta a composição da Receitas Correntes previstas, bem como a realização destas. Assim constata-se que ao final do segundo trimestre do ano corrente, o IF Baiano arrecadou 20,18% do previsto, onde a arrecadação com receitas agropecuárias são as mais relevantes, representando 71,86% do total das receitas arrecadadas. Vale destacar a frustração destas em relação a realizada face Pandemia COVID-19.

Tabela: – Composição Receitas Correntes:

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	REALIZAÇÃO %
RECEITAS AGROPECUÁRIAS	504.710,00	106.161,00	21,03
RECEITAS PATRIMONIAIS	90.003,00	24.746,81	27,50
RECEITAS INDUSTRIAIS	1.268,00	---	---
RECEITAS DE SERVIÇOS	135.952,00	14.492,30	10,66
OUTRAS RECEITAS	---	2.324,16	---
TOTAL	731.933,00	147.724,27	20,18

Fonte: SIAFI 2020.

7.2 – Despesas



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

É válido salientar que já foram empenhados até 30 de junho do ano corrente, 72,63% da dotação atualizada, sendo as despesas correntes as mais representativas, com execução de 72,99% desde grupo. Estas despesas são responsáveis pelo funcionamento das unidades.

A tabela abaixo demonstra as Despesas realizadas por categoria econômica:

Tabela: – Composição Despesas por categoria econômica:

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	REALIZAÇÃO %
DESPESAS CORRENTES	325.242.977,00	237.389.205,64	72,99
DESPESAS DE CAPITAL	4.741.451,00	2.292.302,13	48,35
TOTAL	329.984.428,00	239.681.507,77	72,63

Fonte: SIAFI 2020.

A tabela abaixo apresenta a composição da Despesas Correntes, bem como sua execução (valores empenhados).

Tabela: – Composição Despesas Correntes:

DESPESAS CORRENTES	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	REALIZAÇÃO %	AV%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	254.967.174,00	204.065.089,22	80,04	85,96
OUTRAS DESP. CORRENTES	70.275.803,00	33.324.116,42	47,42	14,04
TOTAL	325.242.977,00	237.389.205,64	72,99	100,00

Fonte: SIAFI 2020

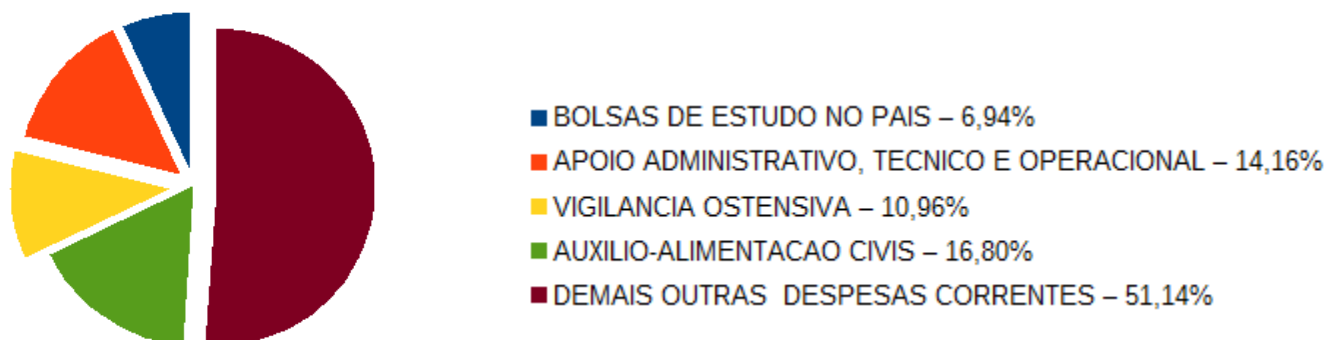
O quadro acima, demonstra que houve a execução de 72,99% da dotação atualizada. As despesas com pessoal e encargos sociais são os mais relevantes, representando 85,96% dos totais empenhados.

Prosseguindo na análise das despesas, veremos na tabela adiante a composição detalhada, do grupo Outras Despesas Correntes que apresentou o percentual de execução de 47,42%, em relação a dotação atualizada, totalizando R\$ 33,3 milhões aproximados.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

Tabela: – Composição Outras Despesas Correntes:



Fonte: SIAFI 2020

Verifica-se em 30 de junho do ano corrente, o maior volume de despesas empenhadas, concentram-se nos elementos: (a) auxílio – alimentação civis, 16,80%, (b) apoio administrativo, técnico e operacional, 14,16%, (c) vigilância ostensiva, 10,96% e (d) bolsas de estudo no país 6,94%.

7.3 – Restos a Pagar

Para elaboração da nota explicativa relativa à execução orçamentária dos restos a pagar, considerou-se a execução dos Restos a Pagar Não Processados - RPNP, referente à execução das unidades vinculadas ao órgão, com o orçamento dos próprios órgãos, consignado na LOA, computando-se também o orçamento (créditos orçamentários) recebidos de outros órgãos para execução de determinados programas governamentais.

A inscrição dos recursos é feita pela STN nos primeiros dias de janeiro de cada exercício financeiro, de acordo com a rotina de encerramento do exercício, referente à execução orçamentária do exercício imediatamente anterior, conjugada a reinscrição relativa a exercícios anteriores.

Em janeiro de 2020, foram inscritos na rubrica RPNP, despesas da ordem de R\$ 25,8 milhões considerando RPNP Reinscritos (7,45%) e os inscritos do exercício financeiro de 2019 (92,55%).

Cabe destacar que houve um aumento de 26,49% nas despesas inscritas na rubrica de RPNP, representando um aumento de R\$5,4 milhões em termos monetários. Este aumento decorre principalmente pela liberação orçamentária no final do exercício de 2019.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

Conforme disposto no artigo 67 do Decreto nº 93.872/1986, os RPNP referem-se às despesas que, embora empenhadas, não foram liquidadas (executadas) até 31 de dezembro, isto é, não houve a conclusão da entrega dos bens e/ou a prestação dos serviços contratados.

Tabela: – Composição RPNP Inscritos e Reinscritos:

RPNP INSCRITO E REINSCRITO	2020	2019	AV%	AH%
RPNP INSCRITO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	23.952.168,66	20.257.519,60	92,55	18,24
RPNP INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.927.638,86	201.821,67	7,45	855,12
TOTAL	25.879.807,52	20.459.341,27	100,00	26,49

Fonte: SIAFI 2020 e 2019

O próximo quadro apresenta a composição dos RPNP não processados do IF Baiano por unidade gestora inscritos no início do exercício financeiro corrente.

Tabela: – Composição RPNP Inscritos e Reinscritos por Unidade Gestora:

COMPOSIÇÃO RPNP INSCRITO E REINSCRITO POR UG	2020	AV%
CAMPUS BOM JESUS DA LAPA	1.019.622,46	3,94
CAMPUS VALENCA	1.836.620,12	7,10
CAMPUS ITAPETINGA	1.164.073,61	4,50
CAMPUS TEIXEIRA DE FREITAS	1.974.036,01	7,63
CAMPUS URUCUCA	1.823.009,28	7,04
CAMPUS GOV. MANGABEIRA	2.142.166,60	8,28
CAMPUS SERRINHA	901.166,34	3,48
CAMPUS ITABERABA	679.072,63	2,62
CAMPUS XIQUE-XIQUE	941.246,36	3,64
CAMPUS ALAGOINHAS	475.194,86	1,84
REITORIA	4.736.119,61	18,30
CAMPUS SANTA INES	2.971.946,82	11,48
CAMPUS SENHOR DO BONFIM	1.450.982,47	5,61
CAMPUS GUANAMBI	2.101.551,00	8,12
CAMPUS CATU	1.662.999,35	6,43
TOTAL	25.879.807,52	100,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

Fonte: SIAFI 2020,2019.

Fica evidente, que as unidades Reitoria, Santa Inês e Governador Mangabeira, representam 38,06% do total das despesas inscritas e reinscritas em Restos a Pagar na abertura do exercício corrente.

Encerrado o segundo trimestre de 2020, após analisar a mesma rubrica, observa-se uma redução desde estoque aproximado de 45,14%. No quadro seguinte é demonstrado como ocorreu esta execução.

Tabela: Execução RPNP 2º trimestre 2020:

EXECUÇÃO RPNP	2020
SALDO INICIAL JANEIRO/2020 (A)	25.879.807,62
RPNP PAGOS (B)	14.134.664,12
RPNP CANCELADOS (C)	62.011,98
SALDO FINAL RPNP EM 30 / 06 / 20 = (A) - (B) - (C)	11.683.131,42

Fonte: SIAFI 2020.

É oportuno informar que o volume de recursos relativos às despesas inscritas em RPNP, no âmbito do IF Baiano, pode ser justificado, entre outros fatores, pelo contingente de demanda de recursos orçamentários em função das políticas educacionais do Governo Federal, conjugado com as excepcionalidades legais relativas à vigência destas despesas.

De acordo com o Decreto 93.872/86 ratificado pelo Decreto 10.315/20, permanecem válidas, após 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição, os RPNP que se referirem às despesas do Ministério da Saúde, e decorrentes de emendas individuais impositivas discriminadas com identificador de resultado primário 6, cujos empenhos tenham sido emitidos a partir do exercício financeiro de 2018.

Assim, ao término do segundo trimestre do ano corrente, foi realizado o bloqueio de empenhos totalizando R\$ 1.206.683,25

Vale salientar que a Coordenação de Contabilidade e Diretoria Orçamentária do IF Baiano, reitera a suas unidades vinculadas, a solicitação para análise e baixa, em referência à orientação da Coordenação-Geral de Programação Financeira - COFIN/STN, e recomendações do TCU em acórdãos que abordam o assunto.

8 - NOTAS EXPLICATIVAS 2º TRIMESTRE À DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)

A DVP demonstra as mutações ocorridas no patrimônio, isto é, evidencia as alterações no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício. Em suma, a DVP evidencia a contrapartida dos registros realizados nos demais demonstrativos. Adiante, são apresentadas as contrapartidas dos itens da DVP referentes aos registros realizados no Balanço Patrimonial, detalhados nas notas explicativas desse demonstrativo.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

8.1- Variações Patrimoniais Aumentativas

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o Instituto e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

Observa-se conforme o quadro abaixo, um aumento de 3,40% ao final do segundo trimestre de 2020 comparado ao mesmo trimestre do ano de 2019. Este aumento decorre principalmente da desincorporação de passivos. Este grupo e o de aumento das transferências e delegações recebidas são os mais representativos, ambas, correspondem a 99,83% o total da VPA.

Tabela: – Composição VPA:

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	JUNHO 2020	JUNHO 2019	AV%	AH%
EXPLORAÇÃO DE VENDA DE BENS SERVIÇOS E DIREITOS	148.949,52	343.748,30	0,08	-56,67
VPA FINANCEIRAS	58,97	242,71	0,00	-75,70
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	175.158.565,30	176.361.664,44	95,62	-0,68
VALORIZAÇÃO E GANHOS C/ ATIVOS E DESINCORP.DE PASSIVOS	7.717.759,22	186.159,90	4,21	4.045,77
OUTRAS VPAS	160.368,84	273.595,78	0,09	-41,38
TOTAL	183.185.701,85	177.165.411,13	100,00	3,40

Fonte: SIAFI 200. 2019..

Vale ressaltar que devido a Pandemia Covid-19, houve uma frustração das VPA derivadas da Exploração de Venda de Bens e Serviços, na qual apresentava no final do primeiro trimestre um saldo 118,6 mil, com crescimento de 25,57% no segundo trimestre de 2020. Já em comparação ao mesmo período do exercício anterior, nota-se uma redução significativa, na ordem de 56,67%.

8.2- Variações Patrimoniais Diminutivas

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos ao Instituto, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

O quadro abaixo apresenta a composição das VPDs do IF Baiano por categoria, após fechamento do segundo trimestre do ano corrente.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

Tabela: – Composição VPD

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMNUTIVAS	JUNHO 2020	JUNHO 2019	AV%	AH%
PESSOAL, ENCARGOS, BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	135.641.918,46	129.971.380,17	156,70	4,36
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO CAPITAL FIXO	19.213.532,31	24.789.253,00	22,20	-22,49
VPD FINANCEIRAS	4.944,34	5.468,40	0,01	-9,58
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	18.241.028,13	22.936.058,46	21,07	-20,47
DESVALORIZAÇÃO E PERDAS C/ ATIVOS E INCORP.DE PASSIVOS	3.085.844,65	34.409.086,03	3,57	-91,03
TRIBUTÁRIAS	17.181,77	41.135,35	0,02	-58,23
OUTRAS VPDS	2.830.661,36	3.080.886,44	3,27	-8,12
TOTAL	179.035.111,02	215.233.267,85	206,83	-16,82

Fonte: SIAFI 2020,2019.

Da mesma forma que a Pandemia Covid-19 afetou as VPAs, houve redução significativa na VPDs, evidenciado no quadro acima, com redução na ordem de 16,82% ao término do segundo trimestre de 2020, comparado ao mesmo período do exercício anterior.

As Outras VPDs decorrem incentivo a educação, provenientes de bolsa de estudos e auxílios para pesquisa.

9 - NOTAS EXPLICATIVAS 2º TRIMESTRE AO BALANÇO FINANCEIRO (BF)

A Lei nº 4.320/1964, define o Balanço Financeiro – BF como sendo a demonstração contábil que evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para início do exercício seguinte. (MCASP, 7º Ed. 2017).

9.1 Ingressos:

A tabela seguinte apresenta o somatório dos ingressos ocorridos no 2º trimestre de 2020, no âmbito do IF Baiano. Verifica-se que as receitas orçamentárias tiveram uma redução de 62,15% em relação ao mesmo período do ano anterior, enquanto os recebimentos extraorçamentários apresentaram um acréscimo aproximado de 9,36% de 2020 para 2019. O saldo do Exercício Anterior, composto pelo item Caixa e Equivalente de Caixa, demonstra uma redução de 0,33%. No total, os ingressos apresentaram um acréscimo de 2,90% de 2020 para 2019.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

Tabela: – Composição Ingressos:

COMPOSIÇÃO INGRESSOS	JUNHO 2020	JUNHO 2019	AV%	AH%
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	147.724,27	390.311,12	0,05	-62,15
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	174.492.526,84	175.269.517,54	55,36	-0,44
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	116.691.257,40	106.707.144,71	37,02	9,36
SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	23.887.729,74	23.967.322,49	7,58	-0,33
TOTAL	315.219.238,25	306.334.295,86	100,00	2,90

Fonte: SIAFI 2020, 2019.

9.2 Dispêndios:

No grupo de dispêndios, verifica-se que as despesas orçamentárias (76,04%) e os pagamentos extraorçamentários (11,06%) correspondem a 87,09% do total dos dispêndios no segundo trimestre do ano corrente.

Constata-se que houve uma redução nos valores relativos ao pagamento de transferências concedidas (19,57%), enquanto os demais dispêndios aumentaram, fazendo com que houvesse um aumento total dos dispêndios de 2,90% no segundo trimestre de 2020, comparado ao mesmo período do ano anterior.

Vale destacar o aumento dos pagamentos extraorçamentários (3,28%), decorrentes em sua grande maioria do pagamento de restos a pagar.

Em relação ao saldo de Dispêndio para o Exercício Seguinte, observa-se um aumento de 3,27%, referente a impacto dos pagamentos a serem efetuados em no trimestre seguinte.

Tabela: – Composição Dispêndios:

COMPOSIÇÃO DISPÊNDIOS	JUNHO 2020	JUNHO 2019	AV%	AH%
DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	239.681.507,77	228.377.168,52	76,04	4,95
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	17.513.051,18	21.773.108,19	5,56	-19,57
PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	34.856.582,40	33.748.796,79	11,06	3,28
SALDO EXERCÍCIO SEGUINTE	23.168.096,90	22.435.222,36	7,35	3,27
TOTAL	315.219.238,25	306.334.295,86	100,00	2,90

Fonte: SIAFI 2020, 2019.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

10 - NOTAS EXPLICATIVAS 2º TRIMESTRE À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – DFC

A Demonstração dos Fluxos de Caixa tem o objetivo de contribuir para a transparência da gestão pública, pois permite um melhor gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público. As informações dos fluxos de caixa são úteis para proporcionar aos usuários da informação contábil instrumento para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como suas necessidades de liquidez. Assim, a Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção regular do financiamento dos serviços públicos. (MACSP, parte V, 7º Ed. 2017).

10.1. Ingressos:

Em função da adoção do princípio da unidade de caixa (Conta Única), a geração líquida de caixa e equivalente de caixa da DFC corresponde ao resultado financeiro apurado no BF. Portanto, ao término do segundo trimestre de 2020, a geração líquida de caixa foi negativa em R\$ 719,6 mil, apresentando uma redução comparado ao mesmo período de 2019, conforme tabela abaixo:

Tabela: – Geração Líquida e Equivalente de Caixa:

RESULTADO FINANCEIRO BF X DFC	JUNHO 2020	JUNHO 2019	AH%
GERAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	23.887.729,74	23.967.322,49	-0,33
GERAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	23.168.096,90	22.435.222,36	3,27
GERAÇÃO LÍQUIDA E EQUIVALENTE DE CAIXA	-719.632,84	-1.532.100,13	-53,03

Fonte: SIAFI 2020, 2019

Adiante, são apresentadas as atividades que contribuíram para o aumento no valor negativo líquido de caixa. Verifica-se que as Atividades de Investimento foram as que mais contribuíram para a geração líquida deficitária na geração de caixa, apresentando uma redução de 27,10% de 2020 para 2019, passando de R\$ 4,48 milhões para R\$ 3,26 milhões.

Observa-se também a redução significativa na ordem de 13,97% das atividades operacionais no encerramento do segundo trimestre do ano corrente, comparado ao mesmo período do exercício anterior.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

Tabela: – Geração Líquida e Equivalente de Caixa por Atividade:

GERAÇÃO LÍQUIDA E EQUIVALENTE DE CAIXA - POR ATIVIDADES	JUNHO 2020	JUNHO 2019	AH%
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.543.333,43	2.956.448,73	-13,97
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES INVESTIMENTOS	-3.262.966,27	-4.488.548,86	-27,30
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES FINANCIAMENTOS	---	---	---
TOTAL	-719.632,84	-1.532.100,13	-53,03

Fonte: SIAFI 2020,2019.

As atividades operacionais compreendem as entradas e saídas de caixa, isto é, os ingressos de recursos decorrentes da arrecadação de receitas orçamentárias e extra orçamentárias e desembolsos efetuados tanto para pagamento de despesas orçamentárias quanto extra orçamentárias do órgão.

Dos ingressos, o item que apresentou maior incidência foram as “Transferências Financeiras Recebidas”, com R\$ 174,4 milhões, compreendendo os recursos financeiros recebidos pelo IF Baiano do MEC e de outros órgãos da administração pública, para pagamento das despesas orçamentárias do exercício, incluindo os Restos a Pagar (extra orçamentários), relativos a exercício (s) anterior (es).

10.2. Desembolsos:

Dos desembolsos relativos às despesas orçamentárias são apresentadas na DFC por função de governo, e não por elemento de despesa (categoria de gasto), conforme classificação orçamentária instituída pelo Ministério do Planejamento.

No segundo trimestre de 2020, os desembolsos das atividades operacionais referentes às despesas orçamentárias “Pessoal e Demais Despesas” totalizaram R\$135,4 milhões, correspondendo a 78,56% do total de desembolso, tendo a função Educação apresentado o valor mais significativo, no montante de R\$ 129,8 milhões, representando 95,85% do total das despesas orçamentárias “Pessoal e Demais Despesas.

As atividades de Investimentos estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo-se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais do órgão.

Os ingressos de Investimentos, compreendem as receitas referentes à alienação de ativos não circulantes e de amortização de empréstimos e financiamentos concedidos.

Os desembolsos de Investimentos, compreendem as despesas referentes à aquisição de ativos não circulantes e as concessões de empréstimos e financiamentos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

Após análise da DFC, em relação ao fluxo de caixa de investimentos, verifica-se que não houve ingressos e que houve desembolsos na ordem de R\$3,2 milhões, resultando num fluxo deficitário na mesma ordem, os quais correspondem em sua grande maioria a desembolsos pela aquisição de ativo não circulante.

Salvador, 22 de julho de 2020

Eron Paz Rosado

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
Pró Reitoria de Administração e Planejamento
Coordenação Geral de Contabilidade



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

ANEXOS: DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2º TRIMESTRE 2020



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2020	PERÍODO SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSÃO 22/07/2020	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26404 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.BAIANO - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
ATIVO CIRCULANTE	34.208.872,13	43.090.053,41	PASSIVO CIRCULANTE	59.081.334,15	55.786.643,13
Caixa e Equivalentes de Caixa	23.168.096,90	23.887.729,74	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	25.058.935,33	18.362.807,07
Créditos a Curto Prazo	7.866.743,67	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	7.866.743,67	16.408.330,73	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.379.275,34	517.923,38
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	2.755,27	200,20
Estoques	3.174.031,56	2.793.992,94	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	32.640.368,21	36.905.712,48
ATIVO NÃO CIRCULANTE	225.912.589,16	225.036.286,66	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	236.909,74	236.909,74
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	236.909,74	236.909,74
Estoques	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	59.318.243,89	56.023.552,87
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-		2020	2019
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Reservas de Capital	-	-
Imobilizado	225.192.194,32	224.315.891,82	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Bens Móveis	40.446.972,59	40.471.530,22	Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	88.667.120,61	86.737.702,03	Demais Reservas	24.784,50	24.784,50
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-48.220.148,02	-46.266.171,81	Resultados Acumulados	200.778.432,90	212.078.002,70
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultado do Exercício	4.150.590,83	-24.062.744,90
Bens Imóveis	184.745.221,73	183.844.361,60	Resultados de Exercícios Anteriores	212.078.002,70	236.153.416,69
Bens Imóveis	186.343.346,76	185.332.515,48	Ajustes de Exercícios Anteriores	-15.450.160,63	-12.669,09
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-1.598.125,03	-1.488.153,88	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	200.803.217,40	212.102.787,20
Intangível	720.394,84	720.394,84			
Softwares	720.274,84	720.274,84			
Softwares	720.274,84	720.274,84			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	120,00	120,00			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	120,00	120,00			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2020	PERÍODO SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSÃO 22/07/2020	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26404 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.BAIANO - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat. Direitos de Uso de Imóveis Direitos de Uso de Imóveis (-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis (-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis Diferido	- - - - -	- - - - -			
TOTAL DO ATIVO	260.121.461,29	268.126.340,07	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	260.121.461,29	268.126.340,07

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
ATIVO FINANCEIRO	23.169.574,93	23.889.098,35	PASSIVO FINANCEIRO	128.313.361,16	46.698.833,60
ATIVO PERMANENTE	236.951.886,36	244.237.241,72	PASSIVO PERMANENTE	37.835.898,18	35.204.526,79
			SALDO PATRIMONIAL	93.972.201,95	186.222.979,68

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	20.962.988,16	22.124.326,14	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	25.143.424,82	19.983.484,12
Atos Potenciais Ativos	20.962.988,16	22.124.326,14	Atos Potenciais Passivos	25.143.424,82	19.983.484,12
Garantias e Contragarantias Recebidas	112.657,90	-	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	20.844.431,33	22.118.427,21	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos C	-	-
Direitos Contratuais	5.898,93	5.898,93	Obrigações Contratuais	25.143.424,82	19.983.484,12
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	20.962.988,16	22.124.326,14	TOTAL	25.143.424,82	19.983.484,12

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-101.715.808,29
Recursos Vinculados	-3.427.977,94
Educação	-2.906.408,02
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-374.019,23
Previdência Social (RPPS)	-1.445.598,72
Dívida Pública	-25.582,00
Alienação de Bens e Direitos	39.592,43
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Prog	1.284.037,60
TOTAL	-105.143.786,23



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2020	PERÍODO SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSÃO 22/07/2020	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26404 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.BAIANO - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	731.933,00	731.933,00	147.724,27	-584.208,73
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	90.003,00	90.003,00	24.746,81	-65.256,19
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	90.003,00	90.003,00	24.746,81	-65.256,19
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	504.710,00	504.710,00	106.161,00	-398.549,00
Receita Industrial	1.268,00	1.268,00	-	-1.268,00
Receitas de Serviços	135.952,00	135.952,00	14.492,30	-121.459,70
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	135.952,00	135.952,00	14.442,30	-121.509,70
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	50,00	50,00
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	2.324,16	2.324,16
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	2.324,16	2.324,16
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	29.460.745,00	29.460.745,00	-	-29.460.745,00
Operações de Crédito	29.423.622,00	29.423.622,00	-	-29.423.622,00
Operações de Crédito Internas	29.423.622,00	29.423.622,00	-	-29.423.622,00
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	37.123,00	37.123,00	-	-37.123,00
Alienação de Bens Móveis	37.123,00	37.123,00	-	-37.123,00
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2020	PERÍODO SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSÃO 22/07/2020	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26404 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.BAIANO - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	30.192.678,00	30.192.678,00	147.724,27	-30.044.953,73
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	30.192.678,00	30.192.678,00	147.724,27	-30.044.953,73
DEFICIT			239.533.783,50	239.533.783,50
TOTAL	30.192.678,00	30.192.678,00	239.681.507,77	209.488.829,77
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM SUPERAVIT FINANCEIRO	-	-	-	-
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM EXCESSO DE ARRECADÇÃO	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	316.283.721,00	325.242.977,00	237.389.205,64	144.082.164,76	123.314.908,53	87.853.771,36
Pessoal e Encargos Sociais	248.149.335,00	254.967.174,00	204.065.089,22	128.958.827,12	110.636.061,80	50.902.084,78
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	68.134.386,00	70.275.803,00	33.324.116,42	15.123.337,64	12.678.846,73	36.951.686,58
DESPESAS DE CAPITAL	5.736.031,00	4.741.451,00	2.292.302,13	24.438,47	398,00	2.449.148,87
Investimentos	5.736.031,00	4.741.451,00	2.292.302,13	24.438,47	398,00	2.449.148,87
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	322.019.752,00	329.984.428,00	239.681.507,77	144.106.603,23	123.315.306,53	90.302.920,23
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	322.019.752,00	329.984.428,00	239.681.507,77	144.106.603,23	123.315.306,53	90.302.920,23
TOTAL	322.019.752,00	329.984.428,00	239.681.507,77	144.106.603,23	123.315.306,53	90.302.920,23



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2020	PERÍODO SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSÃO 22/07/2020	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26404 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.BAIANO - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.329.358,27	17.435.402,01	11.280.579,67	10.893.287,26	37.968,61	7.833.504,41
Pessoal e Encargos Sociais	7.420,89	100.475,13	13.220,60	13.220,60	-	94.675,42
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.321.937,38	17.334.926,88	11.267.359,07	10.880.066,66	37.968,61	7.738.828,99
DESPESAS DE CAPITAL	598.280,59	6.516.766,65	3.281.104,96	3.241.376,86	24.043,37	3.849.627,01
Investimentos	598.280,59	6.516.766,65	3.281.104,96	3.241.376,86	24.043,37	3.849.627,01
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1.927.638,86	23.952.168,66	14.561.684,63	14.134.664,12	62.011,98	11.683.131,42

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	206.054,07	20.564.566,60	20.553.051,64	200,20	217.368,83
Pessoal e Encargos Sociais	-	18.837.015,02	18.837.015,02	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	206.054,07	1.727.551,58	1.716.036,62	200,20	217.368,83
DESPESAS DE CAPITAL	13.939,96	23.530,54	21.191,41	-	16.279,09
Investimentos	13.939,96	23.530,54	21.191,41	-	16.279,09
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	219.994,03	20.588.097,14	20.574.243,05	200,20	233.647,92



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2020	PERÍODO SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSÃO 22/07/2020	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26404 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.BAIANO - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
Receitas Orçamentárias	147.724,27	390.311,12	Despesas Orçamentárias	239.681.507,77	228.377.168,52
Ordinárias	-	-	Ordinárias	229.615.515,32	220.276.958,34
Vinculadas	151.736,65	503.742,41	Vinculadas	10.065.992,45	8.100.210,18
Educação		1.856,60	Educação	230.123,46	147.117,94
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	1.650.064,10	
Alienação de Bens e Direitos		36.664,56	Previdência Social (RPPS)	8.097.122,43	7.606.981,00
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	151.736,65	465.221,25	Dívida Pública	25.582,00	
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-4.012,38	-113.431,29	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	63.100,46	346.111,24
Transferências Financeiras Recebidas	174.492.526,84	175.269.517,54	Transferências Financeiras Concedidas	17.513.051,18	21.773.108,19
Resultantes da Execução Orçamentária	146.590.620,44	151.109.006,48	Resultantes da Execução Orçamentária	4.205.218,77	11.203.814,48
Repasse Recebido	142.385.401,67	139.905.192,00	Sub-repasse Concedido	4.205.218,77	11.203.814,48
Sub-repasse Recebido	4.205.218,77	11.203.814,48	Independentes da Execução Orçamentária	13.307.832,41	10.569.293,71
Independentes da Execução Orçamentária	27.901.906,40	24.160.511,06	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	13.149.787,73	10.304.677,89
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	26.724.653,23	23.255.271,63	Movimento de Saldos Patrimoniais	158.044,68	264.615,82
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.177.253,17	905.239,43	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Pagamentos Extraorçamentários	34.856.582,40	33.748.796,79
Recebimentos Extraorçamentários	116.691.257,40	106.707.144,71	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	20.574.243,05	20.166.900,67
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	20.791.296,70	21.132.160,74	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	14.134.664,12	13.145.549,47
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	95.574.904,54	84.856.494,13	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	147.565,81	434.757,62
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	147.880,90	434.358,62	Outros Pagamentos Extraorçamentários	109,42	1.589,03
Outros Recebimentos Extraorçamentários	177.175,26	284.131,22	Demais Pagamentos	109,42	1.589,03
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	19.130,58	21.372,00			
Arrecadação de Outra Unidade	158.044,68	262.759,22			
Saldo do Exercício Anterior	23.887.729,74	23.967.322,49	Saldo para o Exercício Seguinte	23.168.096,90	22.435.222,36
Caixa e Equivalentes de Caixa	23.887.729,74	23.967.322,49	Caixa e Equivalentes de Caixa	23.168.096,90	22.435.222,36
TOTAL	315.219.238,25	306.334.295,86	TOTAL	315.219.238,25	306.334.295,86



EXERCÍCIO 2020	PERÍODO SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSÃO 22/07/2020	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26404 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.BAIANO - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2020	2019
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	183.185.701,85	177.165.411,13
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	148.949,52	343.748,30
Venda de Mercadorias	106.161,00	236.405,43
Vendas de Produtos	-	1.030,70
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	42.788,52	106.312,17
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	58,97	242,71
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	58,97	242,71
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	175.158.565,30	176.361.664,44
Transferências Intragovernamentais	174.493.923,83	175.269.517,54
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	664.641,47	1.092.146,90
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	7.717.759,22	186.159,90
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	15.817,53
Ganhos com Incorporação de Ativos	24.327,74	169.983,67
Ganhos com Desincorporação de Passivos	7.693.431,48	358,70
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	160.368,84	273.595,78
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



EXERCÍCIO 2020	PERÍODO SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSÃO 22/07/2020	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26404 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.BAIANO - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2020	2019
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	160.368,84	273.595,78
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	179.035.111,02	215.233.267,85
Pessoal e Encargos	128.986.028,33	124.492.525,10
Remuneração a Pessoal	102.273.145,08	98.877.352,52
Encargos Patronais	19.848.685,30	18.254.663,20
Benefícios a Pessoal	6.797.675,07	7.294.672,76
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	66.522,88	65.836,62
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	6.655.890,13	5.478.855,07
Aposentadorias e Reformas	4.618.942,67	4.000.194,63
Pensões	1.956.910,61	1.453.142,72
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	23.040,00	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	56.996,85	25.517,72
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	19.213.532,31	24.789.253,00
Uso de Material de Consumo	1.867.325,33	3.471.637,86
Serviços	14.313.757,11	17.869.548,74
Depreciação, Amortização e Exaustão	3.032.449,87	3.448.066,40
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	4.944,34	5.468,40
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	1.335,96	4.357,39
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	3.608,38	1.111,01
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	18.241.028,13	22.936.058,46
Transferências Intragovernamentais	17.514.448,17	21.774.228,15
Transferências Intergovernamentais	62.750,00	64.921,00
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	663.829,96	1.096.909,31
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	3.085.844,65	34.409.086,03
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	87.106,79	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	7.262,01	-
Incorporação de Passivos	2.687.615,47	33.839.669,19
Desincorporação de Ativos	303.860,38	569.416,84



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	26404 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.BAIANO - AUTARQUIA
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2020	2019
Tributárias	17.181,77	41.135,35
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7.452,65	10.468,61
Contribuições	9.729,12	30.666,74
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	2.830.661,36	3.080.886,44
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	1.490.062,74	1.555.365,58
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	1.340.598,62	1.525.520,86
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	4.150.590,83	-38.067.856,72

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2020	2019



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2020	PERÍODO SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSÃO 22/07/2020	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26404 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.BAIANO - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

	2020	2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.543.333,43	2.956.448,73
INGRESSOS	174.946.176,69	176.320.281,94
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	24.746,81	44.315,36
Receita Agropecuária	106.161,00	236.405,43
Receita Industrial	-	1.030,70
Receita de Serviços	14.492,30	61.058,51
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	2.324,16	10.836,56
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	174.798.452,42	175.966.635,38
Ingressos Extraorçamentários	147.880,90	434.358,62
Transferências Financeiras Recebidas	174.492.526,84	175.269.517,54
Arrecadação de Outra Unidade	158.044,68	262.759,22
DESEMBOLSOS	-172.402.843,26	-173.363.833,21
Pessoal e Demais Despesas	-135.441.987,35	-133.220.945,08
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-5.637.932,01	-4.956.763,62
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-129.823.185,92	-128.285.553,46
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2020	PERÍODO SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSÃO 22/07/2020	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26404 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.BAIANO - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

	2020	2019
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	19.130,58	21.372,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-19.300.129,50	-17.933.433,29
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-19.300.129,50	-17.868.512,29
Outras Transferências Concedidas	-	-64.921,00
Outros Desembolsos Operacionais	-17.660.726,41	-22.209.454,84
Dispêndios Extraorçamentários	-147.565,81	-434.757,62
Transferências Financeiras Concedidas	-17.513.051,18	-21.773.108,19
Demais Pagamentos	-109,42	-1.589,03
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-3.262.966,27	-4.488.548,86
INGRESSOS	-	36.664,56
Alienação de Bens	-	36.664,56
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-3.262.966,27	-4.525.213,42
Aquisição de Ativo Não Circulante	-3.211.855,58	-4.525.213,42
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-51.110,69	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-719.632,84	-1.532.100,13
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	23.887.729,74	23.967.322,49
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	23.168.096,90	22.435.222,36